



CBH-SANTO ANTÔNIO/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO

2 Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de junho de 2019.

3 No dia 11 de junho, às 10h00, no Centro Cultural Roberto Drumond, localizado na Rua
4 Fernando Carvalho, 16, Ferros – MG, teve início a Reunião Ordinária do Comitê da Bacia
5 Hidrográfica do Rio Santo Antônio. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
6 suplentes: **Wanderson Antônio Ribeiro, Fábio Dias Pinheiro, Jeane Sabrina Maia,**
7 **Wagner Rodrigues de Almeida e Rodrigo Carvalho Cevidanes** – representantes do
8 segmento Poder Público Estadual; **Gisleno Martins Castro, Genízio Coelho Reis, Filipe**
9 **Generoso Brandão Murta Gaeta, Hilda Raquel Fernandes Cintra, Renato de Carli**
10 **Almeida Couto e Juscelino Silveira Magalhães Júnior** – representantes Poder Público
11 Municipal; **Franciane Guerra de Assis, Herlon Crdoso Silva, Leonardo Ferreira Lopes,**
12 **Mateus Matos Castro, Tiago Moreira Alves, Thaisa Oliveira Xavier, Herlaine Silva,**
13 **Rone Frank Silva e Waner Rodrigues Arruda** – representantes do segmento Usuários;
14 **Tereza Cristina Almeida Silveira, Lucas Hajime de Oliveira Miyahara, Patrícia**
15 **Generoso Thomaz Guerra, Terezinha de Assis Bretas, Vicente Bueno Garcia, Felipe**
16 **Benício Pedro e Edivaldo João de Lima** – representantes segmento Sociedade Civil. Dando
17 início às atividades, o presidente do CBH, Filipe Gaeta, cumprimentou os presentes e
18 solicitou a todos que se colocassem de pé para a execução do hino nacional brasileiro. Na
19 sequência, ele perguntou aos conselheiros sobre os relatórios de participação nas reuniões,
20 considerando que o vice-presidente do comitê, Sr. Felipe Benício Pedro, encaminhou à
21 plenária uma apresentação sobre as reuniões nas quais esteve presente representando o
22 comitê, em atendimento à demanda da última plenária. Sobre o formato da apresentação
23 enviada, a Sra. Patrícia Generoso, da FONASC, solicitou que as informações estivessem mais
24 detalhadas, não restritas apenas ao local, horário e os pontos de pauta das reuniões. Ela
25 requereu que seja feito um relato mínimo dos assuntos abordados e, principalmente, seja
26 informado qual o posicionamento do conselheiro nessas reuniões, considerando que se trata
27 de uma representação institucional. Em complementação, o Sr. Lucas Hajime, da AMA
28 Lapinha, destacou que o relatório deve ser um instrumento funcional e que representa uma
29 importante evolução quanto à transparência na utilização dos recursos da cobrança. Segundo
30 ele, trazer as informações à plenária sobre as reuniões em que a pessoa participou em nome do
31 comitê é fundamental para a que a representação se efetive. Na sequência, ele solicitou que o
32 IBIO apresentasse aos conselheiros as informações atualizadas sobre o andamento do
33 Programa Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, pois houve um intenso
34 trabalho de mobilização e os municípios têm cobrado retorno quanto ao status atual do
35 programa e as perspectivas futuras. Em relação à apresentação dos relatórios de participação
36 nas reuniões, a analista do IBIO, Juliana Vilela, citou como exemplo a dinâmica adotada pelo



37 CBH-Caratinga. Naquele comitê, o conselheiro, após a viagem, tem um prazo para elaborar e
38 enviar à diretoria do comitê um relatório sobre a participação, sendo que fica condicionada à
39 apresentação desse relatório a liberação de novas viagens, por exemplo: o conselheiro, em
40 janeiro, vai à reunião do Fórum Mineiro de Comitês. No mês seguinte, fevereiro, ele é
41 convocado para participar da reunião do Fórum Nacional de Comitês. Nesse caso, a segunda
42 viagem só será autorizada caso ele tenha apresentado à diretoria do comitê o relatório
43 referente à primeira. Caso contrário, o CBH não liberará os recursos, ficando o conselheiro
44 bloqueado para novas viagens até que seja sanada a pendência. Ela explicou que, alguns
45 comitês, não demandam a elaboração de um relatório, mas exigem que o conselheiro
46 apresente, na plenária subsequente à data da viagem, um relato da reunião na qual esteve
47 presente representando o comitê. Após a apresentação dos exemplos de outros CBHs, a
48 plenária do CBH-Santo Antônio deliberou que os conselheiros deverão apresentar, em um
49 prazo de 10 (dez) dias após a viagem, o relatório de participação, o qual deverá conter, no
50 mínimo: local data, horário, pauta e um relato sucinto das discussões, incluindo os
51 encaminhamentos e, em especial, as considerações/pronunciamentos feitos pelo conselheiro
52 em nome do CBH-Santo Antônio. Houve o entendimento de que poderá ser apresentado um
53 relatório compartilhado, caso mais de um conselheiro participe de uma mesma reunião
54 representando o CBH-Santo Antônio. O conselheiro deverá enviar o relatório à Secretaria
55 Executiva do IBIO, que terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento para
56 enviar a documentação a todos os membros do comitê. Foi decidido também que todos os
57 conselheiros que viajarem em nome do comitê deverão apresentar o relatório, não sendo a
58 regra, então, restrita aos membros que integram a diretoria. Todos os presentes concordaram
59 com a determinação, sendo aprovada por unanimidade a apresentação dos relatórios após as
60 viagens realizadas com recursos do CBH-Santo Antônio. A diretoria irá formalizar a decisão,
61 via ofício, e enviar aos membros do comitê e ao IBIO. Dando prosseguimento à pauta, foi
62 passado aos comunicados dos conselheiros. Iniciando as falas, o Sr. Felipe Benício Pedro
63 falou sobre o próximo Encontro Nacional de Comitês, o ENCOB, que será realizado em Foz
64 do Iguaçu/PR, entre os dias 21 e 25 de outubro. Conforme previsto em Deliberação
65 Normativa, cada CBH poderá levar três representantes, sendo o presidente e outros dois
66 conselheiros. No entanto, caso o presidente não possa comparecer a vaga será destinada a
67 outro membro do plenário. Ele informou que, em 2019, o evento terá um formato diferente,
68 com foco na participação dos CBHs, tanto que o tema será #FALACOMITÊ. Ainda sobre os
69 assuntos em pauta no encontro, ele informou que um dia da programação será todo dedicado à
70 questão das barragens. Dando continuidade, a Sra. Teresa Cristina, que é de Ferros,
71 manifestou a satisfação em realizar a reunião no município e justificou a ausência do prefeito,
72 que não pode comparecer, pois está em viagem a trabalho. Em seguida, ele fez um informe
73 sobre um projeto da Associação de Defesa Ambiental de Ferros (ADAF), cujo objetivo é a



CBH-SANTO ANTÔNIO/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

74 criação de um refúgio de vida silvestre na Bacia do Rio Santo Antônio. Ela explicou que a
75 proposta já foi enviada à Câmara de Vereadores, porém o processo ainda não foi votado. Ela
76 destacou que vai enviar ao comitê um ofício solicitando apoio à iniciativa, que visa proteger o
77 rio dos empreendimentos predatórios na região. Finalizados os comunicados dos conselheiros,
78 foi passada à aprovação da ata, sendo que o documento foi aprovado por unanimidade, sem
79 alterações. Prosseguindo, houve a inversão da pauta, sendo passado à apresentação e
80 deliberação do orçamento de custeio do IBIO (7,5%), com recursos IGAM, para o exercício
81 de 2019. Para tanto, foi convidado o analista financeiro do IBIO, Miqueias Calebe Donde.
82 Iniciando a apresentação, ele explicou que a aprovação do orçamento da parcela de custeio
83 estadual nos CBHs é uma exigência prevista no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e o
84 IGAM. Em sua fala, ele apresentou os valores disponíveis e a alocação prevista para os
85 mesmos, ressaltando que a realidade orçamentária precisou ser adequada ao recurso
86 arrecadado com a cobrança pelo uso da água, considerando a interrupção do repasse de
87 recursos adicionais, que era feito anualmente pela ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a
88 estruturação da agência. Ele ressaltou que os valores a serem aprovados referem-se,
89 exclusivamente, à parcela dos recursos arrecadados com a cobrança estadual (MG), que
90 correspondem a aproximadamente 65% da arrecadação total. O restante do recurso disponível
91 refere-se à cobrança em âmbito federal. Ele informou, ainda, que os valores cujo repasse está
92 condicionado à aprovação do orçamento correspondem às seguintes parcelas: 4º trimestre de
93 2018; 1º, 2º e 3º trimestres de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a parcela de
94 92,5%, cujo repasse não está vinculado à aprovação no âmbito dos CBHs. Após a
95 apresentação, foram iniciados os debates acerca da proposta apresentada. A Sra. Patrícia
96 Generoso, da FONASC, questionou o fato de a proposta não ter sido enviada com
97 antecedência, junto à convocação, pois, no seu entendimento, o encaminhamento antecipado
98 permitiria uma análise mais aprofundada e adequada do conteúdo. O Sr. Miqueias destacou a
99 importância da contribuição feita pela representante da FONASC e informou que nas
100 próximas vezes o material será disponibilizado com antecedência para todos os conselheiros.
101 Ainda na discussão sobre o tema, o Sr. Renato Couto, da Prefeitura de Itabira, criticou a
102 situação atual da sede do comitê, que está permanecendo fechada, considerando que não há
103 um funcionário designado para o atendimento ao CBH-Santo Antônio. Segundo ele, essa
104 situação é prejudicial ao comitê e incômoda para a Prefeitura, considerando que o espaço,
105 cedido sem ônus para o colegiado, não está sendo adequadamente aproveitado. Em atenção à
106 situação da sede, a analista do IBIO, Juliana Vilela, destacou que entende o apelo do CBH-
107 Santo Antônio quanto à utilização da sede, no entanto, a questão é complexa e não está sob a
108 governabilidade do IBIO, pois envolve a questão da integração, pactuada junto aos demais
109 CBHs. Diante da situação exposta, a plenária decidiu que será encaminhado um ofício ao
110 IBIO, relatando a situação da sede do comitê e requerendo a contratação de um estagiário para



111 suporte às demandas do colegiado. Na sequência, foi iniciada a deliberação sobre o
112 orçamento, sendo que, considerando a complexidade da questão, foi feita votação aberta e
113 nominal. Ao final, a proposta apresentada pelo IBIO foi aprovada por 17 (dezesete) votos
114 favoráveis. Os conselheiros: Juscelino Silveira Magalhães Júnior, Vicente Bueno Garcia,
115 Wanderson Antônio Ribeiro e Terezinha de Assis Bretas se abstiveram. Já os conselheiros:
116 Leonardo Ferreira Lopes, Waner Rodrigues Arruda e Renato de Carli Almeida Couto se
117 manifestaram contrariamente à aprovação do orçamento. Dando continuidade à pauta, a
118 analista do IBIO, Juliana Vilela, fez uma breve apresentação sobre o Projeto PRO-URGAS no
119 Leste de Minas Gerais. Inicialmente, ela informou que os documentos sobre o projeto foram
120 enviados a todos os conselheiros junto com a convocatória e fez uma explanação sucinta
121 sobre o projeto. Em sua fala, a analista destacou o passivo de outorgas acumulado no estado
122 de Minas Gerais, cujo montante de processos com análise pendente ultrapassa 1800 outorgas.
123 Diante desse cenário, buscando uma alternativa para sanar a questão, o MPMG propôs, em
124 articulação com a SEMAD, o IGAM, o IBIO e os CBHs da porção mineira da Bacia do Rio
125 Doce, o Projeto PRO-URGAS, que consiste em estruturar a unidade regional (URGA LM)
126 situada em Governador Valadares-MG e fornecer suporte de estagiários, a fim de dar
127 celeridade às análises em atraso. Essa unidade não abrange toda a bacia, porém a proposta é
128 contemplar todas as outorgas vinculadas ao Doce, mesmo que, atualmente, estejam sob outra
129 jurisdição, a fim de beneficiar a totalidade do território. Nesse sentido, o IBIO se colocou à
130 disposição para ajudar na estruturação física, cedendo ao IGAM o mobiliário que não está
131 mais em uso, considerando o encerramento das atividades da sede do Rio de Janeiro. A outra
132 contrapartida será o fornecimento de estagiários, custeados com recursos de investimento
133 (92,5%) da cobrança pelo uso da água, alocados no Programa de Cadastramento de Usuários
134 (P 61.1), no valor máximo de R\$ 86 mil, para um período de 02 (dois) anos. Essa despesa será
135 rateada, conforme metodologia definida em plano de trabalho, entre os 06 (seis) comitês
136 mineiros pertencentes à Bacia do Rio Doce e terá como finalidade custear as despesas
137 referentes a 06 (seis) estagiários – 04 da área de engenharia e 02 da área de direito - que irão
138 trabalhar na sede da URGA, dando suporte à equipe de profissionais do Estado. Para que o
139 processo prossiga, no entanto, considerando que estão envolvidos recursos dos CBHs, é
140 necessária a anuência de todos os comitês, sem a qual o termo assinado perde a validade.
141 Após a apresentação, a Sra. Patrícia Generoso, da FONASC, questionou se a proposição do
142 termo foi encaminhada pelo MPMG, “de cima para baixo”. Em resposta, a analista do IBIO,
143 Juliana Vilela, informou que o coordenador das promotorias de meio ambiente da Bacia do
144 Rio Doce compareceu à reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce – instância
145 que reúne representantes de todos os segmentos e de todos os comitês, para apresentar a
146 proposta, sendo que, na ocasião, os membros presentes se manifestaram favoravelmente à
147 iniciativa. No entanto, considerando que a CTI não é deliberativa, agora, a matéria está sendo



148 levada para apreciação e deliberação nas reuniões plenárias de todos os comitês, estando o
149 prosseguimento do projeto condicionado à aprovação nos seis comitês mineiros. Em seguida,
150 a Sra. Patrícia, da FONASC, relatou que se trata de algo complexo, pois a situação evidencia
151 o sucateamento do estado e o não comprometimento dos gestores em buscar as soluções
152 adequadas. Segundo ela, o projeto, como proposto, representa uma forma de terceirizar um
153 serviço que é de responsabilidade do ente público e deve ser exercido, então, por quem detém
154 cargo público. Além disso, ela destacou que é preciso verificar, de fato, quais são as
155 prioridades do comitê quanto à utilização do recurso da cobrança. Em resposta às questões
156 apresentadas, a analista do IBIO, Juliana Vilela destacou que se trata de um recurso de
157 investimento cuja destinação para essa finalidade já estava prevista no PAP. Ela explicou que
158 esse recurso não poderia, por exemplo, ser utilizado para custear um estagiário para o comitê,
159 pois se trata de verba de natureza investimento. No caso do PRO-URGAS o custeio do
160 estagiário é permitido, pois se trata de mão de obra destinada ao atendimento exclusivo de um
161 programa específico do PIRH. Além disso, considerando o montante investido, há um bom
162 custo-benefício. Por fim, destacou que essa não é a prioridade do comitê, mas uma ação
163 importante, de fácil execução e com recursos alocados e disponíveis. Em complementação, a
164 representante do IGAM, Jeane Maia, destacou que o objetivo não é que o estagiário supra o
165 servidor, mas o auxilie, sobretudo nas funções mais administrativas, pois a análise técnica
166 permanecerá a cargo dos funcionários do estado. Feitos os esclarecimentos, a matéria foi
167 colocada em votação, sendo aprovada com 18 (dezoito) votos favoráveis. Na ocasião, os
168 conselheiros Patrícia Generoso, Tereza Cristina Almeida Silveira, Lucas Hajime de Oliveira
169 Miyahara e Vicente Bueno Garcia se abstiverem. Finalizadas as discussões sobre esse ponto
170 de pauta, foi feita a leitura da minuta de ofício a ser endereçada à Agência Nacional de
171 Mineração (ANM) requerendo informações acerca das Barragens existentes na Bacia do Rio
172 Santo Antônio. Iniciando, foi feita a leitura do texto encaminhado aos conselheiros. Na
173 sequência, foram iniciadas as discussões, visando ao aprimoramento do documento a ser
174 encaminhado. Iniciando os debates, a Sra. Patrícia Generoso, da FONASC, recomendou que o
175 ofício fosse direcionado também à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL),
176 considerando que o texto faz menção aos barramentos hidrelétricos. Além disso, ela fez uma
177 observação em relação à terminologia “descomissionamento”, pois o termo técnico adequado
178 é “descharacterização”. Outro ponto destacado foi retirar, no texto, a especificação às barragens
179 com alteamento à montante, pois mais relevante que o método é o potencial de risco
180 associado à estrutura e os dados que um eventual problema acarretará. Como contribuição, o
181 Sr. Tiago Alves, da Anglo American, sugeriu que ao invés de falar “barragem de rejeito de
182 minério” seja utilizado o termo “barragem de mineração”, a fim de abranger todas. Além
183 disso, ela propôs que o documento seja encaminhado para conhecimento à SEMAD, ao
184 IGAM e à FEAM. Houve o aceite do texto, incluídas das sugestões propostas, sendo que a



185 secretaria executiva do IBIO dará encaminhamento ao mesmo, copiando todos os membros do
186 CBH para conhecimento. Na sequência, foi passada à apresentação sobre as alterações no
187 Regimento Interno do Comitê para adequação à Deliberação Normativa nº60, do Conselho
188 Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), publicada no DOE, em 29/12/2018. A analista
189 do IBIO, Juliana Vilela, informou que o tema foi encaminhado ao comitê no início do ano e
190 que a DN previa um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para que os comitês
191 adequassem seus regimentos à nova normativa. Na reunião de março, o assunto foi incluído
192 na pauta do CBH-Santo Antônio, porém não foi possível deliberar, considerando que não
193 havia *quórum* qualificado. Para melhor entendimento, foi aberta uma versão do Regimento
194 Interno contendo as alterações propostas e o comparativo com a versão original, a fim de
195 demonstrar, com clareza, as alterações que serão feitas. A primeira mudança, no Art. 24,
196 altera o texto, que passa a vigorar com a seguinte redação “*os mandatos dos membros da*
197 *Diretoria serão de 02 (dois) anos, podendo cada um de seus membros ser reeleito uma única*
198 *vez consecutiva na mesma função*”. A segunda mudança trouxe alteração no Art. 8º, cuja
199 nova redação passa a ser: *o mandato dos membros titulares e suplentes do Comitê terá a*
200 *duração de 04 (quatro) anos*. Além das mudanças propostas, a DN do CERH também prevê a
201 que os processos eleitorais dos Comitês de Bacias Hidrográficas deverão ocorrer
202 concomitantemente e prorroga o prazo do atual mandato até 30 de junho de 2022. No caso da
203 prorrogação do prazo do atual mandato, considerando que não é algo específico do CBH-
204 Santo Antônio, a representante do IGAM, Sra. Jeane Maia, informou que não é necessário
205 inserir a informação no Regimento Interno. Sendo assim, as alterações foram feitas
206 unicamente nos artigos 08 e 24, adequando o texto às exigências do CERH. Após a
207 apresentação, a Sra. Patrícia Generoso, da FONASC, solicitou que a discussão sobre o
208 Regimento Interno constasse integralmente na ata, a fim de dar segurança aos membros
209 quanto às alterações propostas e garantir que os demais itens do Regimento estão mantidos na
210 sua integralidade. Feita a apresentação e as considerações, a matéria foi colocada em regime
211 de votação. Nominalmente, todos os conselheiros com direito a voto se manifestaram, sendo
212 as alterações propostas aprovadas de forma unânime, com 24 votos favoráveis. Finalizados os
213 pontos em pauta, o presidente do CBH-Santo Antônio, Filipe Gaeta, destacou a importância
214 de agendar as reuniões das Câmaras Técnicas – CTIL, CTPP e CTOC, considerando que as
215 reuniões que haviam sido previstas anteriormente não ocorreram. Considerando os prazos a
216 realização das reuniões ficou pré-agendada para o dia 03/07/2019, em Itabira-MG. Em
217 atenção à questão, a analista do IBIO, Juliana Vilela, ressaltou as dificuldades do IBIO em
218 agendar a reunião da CTPP anteriormente, considerando que houve o desligamento de 02
219 (duas) funcionárias da equipe técnica. Ela explicou que, à época, havia apenas o diretor na
220 equipe não sendo possível compatibilizar a agenda. Agora, a ausência de funcionários já foi
221 suprimida, permitindo que o IBIO volte a participar dos encontros. Além disso, ela fez um



CBH-SANTO ANTÔNIO/MG

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

222 alerta com relação ao comprometimento dos membros que estão nas CTs, considerando que,
223 em duas oportunidades, não foi possível realizar as reuniões por falta de quórum. Finalizando
224 as discussões sobre as câmaras técnicas, foi acordado que a composição das mesmas será
225 encaminhada a todos os conselheiros do comitê para conhecimento. Ainda nos assuntos
226 gerais, o vice-presidente do comitê, Felipe Benício Pedro, se comprometeu a ir à sede do
227 comitê, duas vezes por semana, a fim de manter o local em funcionamento. Sem mais
228 assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

Sr. Filipe Gaeta

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio